



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer: 112/2017

Data: 11 de outubro de 2017

Matéria: Projeto de Lei do Legislativo nº 025/2017

Autor: Ver. Professor Daniel

Relator: Ver. Manu Calliari

Conclusão do Voto: Favorável

Ementa: “Altera o artigo 2º da Lei nº 3338, de 12 de dezembro de 2014”.

Relatório:

O Projeto de Lei em análise foi apresentado nesta Casa Legislativa no dia 03 de outubro de 2017 e pretende buscar autorização legislativa para Na justifica, aduz o nobre vereador que, passados mais de dois anos da inclusão de novas universidades no roteiro do transporte universitário, através da lei nº 3471/2015, novos cursos foram surgindo, gerando a necessidade de inclusão de novas universidades no roteiro do transporte universitário, de modo a atender os alunos gramadenses que necessitam do transporte às universidades e escolas técnicas as quais encontram-se matriculados. Informa, por conseguinte, que as universidades e escolas técnicas inclusas no PL, ora em análise, estão localizadas no mesmo roteiro das universidades já contempladas com o serviço, não gerando novas despesas aos cofres públicos, vez que localizadas no caminho que a empresa de transportes já opera, no atendimento das universidades já inclusas no roteiro atual. As instituições de ensino que passam a ser contempladas nesta propositura, além das já existentes são: IACS (unidade de Taquara); Salgado Filho – Escola de Comissários de Vôo (unidade São Leopoldo); faculdade EST (unidade São Leopoldo); Faculdade Murialdo – Ana Rech (unidade de Caxias do Sul); UERGS (unidade de Caxias do Sul); Araranguera (unidade de Caxias do Sul) e Escola Santo Antônio de Ensino Técnico (unidade de Caxias do Sul). Acompanha o PL emenda modificativa, para corrigir a ementa e o art. 1º, alterando o nº da lei nº 3471/2015 para nº 3338/2014, vez que citada equivocadamente no PL. O projeto já foi analisado pela Procuradora Geral da Casa, a qual proferiu parecer jurídico nº 64/2017 favorável à tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 025/2017, pois presentes a legalidade e a constitucionalidade. Tal parecer jurídico embasa a elaboração do presente parecer.

Análise:

Quando à **constitucionalidade e legalidade:**

Na Constituição Federal, o direito à educação está regulamentado no art. 205, que assim dispõe:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



A CF também dispõe sobre, no seu art. 30:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Na mesma linha segue a Constituição Estadual, onde o direito à educação também está prestigiado, senão vejamos:

Art. 196. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, baseada na justiça social, na democracia e no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, visa ao desenvolvimento do educando como pessoa e à sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

No caso concreto, em que pese não se tratar de custeio dos cursos em si, o transporte até às escolas e universidades é tanto quanto importante para a educação e formação dos munícipes, vez que estes cursos não se encontram disponíveis na cidade de Gramado, não sendo possível seus acessos sem o respectivo deslocamento.

E o custeio desses serviços pelo município auxilia os estudantes, que já suportam todas as demais despesas, especialmente a mensalidade, vez que as escolas e universidades inclusas nos roteiros são privadas.

Importante referir que as escolas e universidades novas inclusas no referido PL, estão localizadas no trajeto já realizado pelas empresas prestadoras dos serviços de transporte aos estudantes, conforme informa a justificativa do proponente, de sorte que a alteração proposta representará tão somente mais paradas, sem representar mais custos aos cofres públicos.

Por outra via, a inclusão atenderá estudantes que hoje se viam obrigados a pegar outro transporte dos pontos de paradas oficiais, até suas escolas, o que não é razoável, especialmente por se tratar do mesmo trajeto já realizado.

Portanto, nas condições que o PL está disposto, não evidenciamos despesa gerada, o que não interfere no orçamento do município, que continuará a dispor dos contratos de prestação de serviços de transporte, nos moldes já existentes, representando a alteração proposta tão somente mais paradas no percurso já realizado.

Quanto à **iniciativa**:

O projeto versa sobre o fornecimento de subsídio para o custeio de transporte, destinado a atender estudantes que se deslocam de Gramado para instituições de ensino, as quais estão matriculados em cursos técnicos e ensino superior.



Quanto à competência para legislar a matéria, a Lei orgânica assim estabelece:

“Art. 6º Compete ao Município no exercício de sua autonomia:

(...)

II – elaborar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

(...)

XXIV – legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 8º Compete, ainda, ao Município, concorrentemente com a União ou Estado, ou supletivamente a eles:

(...)

II – promover o ensino, a educação e a cultura;

Assim, em que pese dispor a presente propositura de serviços prestados pelo município à estudantes, não se trata da rede pública de ensino municipal, como também não se trata do funcionalismo municipal (cargos e remuneração), ou da sua estrutura ou ainda da atribuição de seus órgãos, criando ou definindo atribuições, tampouco do regime jurídico dos seus servidores.

Desta forma, a normatização apresentada não está presente nas vedações impostas pelo art. 61, § 1º, da CF, cuja competência é privativa do Chefe do Poder Executivo, de sorte que por exclusão, o presente PL encontra-se em conformidade com as normas legais vigentes, podendo ser proposto por iniciativa de vereador. Assim, a competência é comum na matéria posta, **NÃO** se registrando, desta forma, qualquer vício de origem na presente propositura.

Nesse sentido, observamos a jurisprudência do STF, senão vejamos:

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 878.911 RIO DE JANEIRO RELATOR: MIN. GILMAR MENDES

*Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido.*

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestaram os Ministros Celso de Mello e Rosa Weber. (GRIFEI)

Pelo exposto, entendemos ser cabível ao vereador iniciar o processo legislativo, nos termos apresentados.

Em relação à **técnica legislativa**

A uniformidade que requer o ordenamento jurídico não permite, no que concerne à forma, a plena liberdade ao legislador para alterar as leis. Assim,



sempre que for deflagrado o processo legislativo, deve-se manter certo padrão, não sendo admitida a criação de estrutura destoante ou símbolos gráficos diversos daqueles comumente utilizados no processo de elaboração dos atos normativos, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 95/1998.

Neste quesito, observamos que o PL, ora em análise, apresenta epígrafe, ementa e está disposto em artigos, seguindo a estrutura das normas de redação definidas na LC 95/98, devendo apenas sofrer pequenos ajustes, o que sugerimos se faça na redação final.

No que se refere ao prazo de vigência, que ficou estabelecido para entrar em vigor na data da publicação, também segue o disposto na LC 95/98 para leis de pequena repercussão, apresentando formatação adequada, ao nosso juízo, dentro das normas legais vigentes.

Conclusão do Voto:

Diante dos fundamentos legais e constitucionais expostos, com fundamento no parecer jurídico da Procuradora Geral desta Casa, esta Relatoria, depois de debate realizado na Comissão, disponibiliza o presente voto favorável à tramitação da matéria com emenda.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 2017.

Vereadora Relatora

Manu Caliari

Acompanhando o voto da relatora:

Vereador Presidente

Rafael Ronsoni

Vereador Vice-Presidente

Everton Michaelson